

**Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Instituto do Câncer do Estado de
São Paulo “Octávio Frias de Oliveira”
(ICESP) – Convênio n° 98/2014**

**Demonstrações Contábeis acompanhadas
do Relatório dos Auditores Independentes**

31 de dezembro de 2016 e de 2015

Índice

	Página
Relatório dos auditores independentes	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015	11

Relatório dos auditores independentes

Grant Thornton Auditores Independentes
Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, 105
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100

F +55 11 3887.4800

www.granthornton.com.br

Aos:

Conselheiros e Administradores do

Instituto do Câncer do Estado de São Paulo

“Octávio Frias de Oliveira” (ICESP) – Convênio 98/2014

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” – ICESSP (Convênio 98/2014), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” – ICESSP (Convênio 98/2014), em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2016, o Convênio apresenta patrimônio líquido negativo de R\$ 32.186.878 (R\$ 24.412.533 em dezembro de 2015). As demonstrações contábeis do Convênio foram preparadas assumindo a continuidade normal de suas operações que, no entanto, depende de apoio financeiro da gestora, Fundação Faculdade de Medicina (FFM), e/ou de aumento nos repasses pelo Governo do Estado de São Paulo. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

Outros Assuntos

Conforme mencionado na nota explicativa nº1, o Instituto não possui personalidade jurídica própria, visto que a FFM é a responsável pela operacionalização do convênio para a execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis da FFM.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Fundação é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Fundações, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 03 de março de 2017.



Jefferson Diniz
CT CRC 1SP-277.007/O-8

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

**Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Convênio nº 98/2014
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
“Octávio Frias de Oliveira” (ICESP)**

**Balancos patrimoniais em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

(Em reais)

ATIVO

	Notas	2016	2015
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.239.586	6.087.189
Contas a receber	5	40.922.917	40.325.866
Outros créditos	-	21.956	30.575
Estoques	-	12.494	4.006
Despesas antecipadas	-	60.037	57.288
Total do ativo circulante		50.256.990	46.504.924
Não circulante			
Depósitos recursais trabalhistas	-	431.434	257.946
Imobilizado	6	5.727.548	7.313.017
Intangível	6	732.995	920.707
Total do ativo não circulante		6.891.977	8.491.670
Total do ativo		57.148.967	54.996.594

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Convênio nº 98/2014
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
“Octávio Frias de Oliveira”(ICESP)

Balço patrimonial em
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Circulante			
Fornecedores	7	11.770.882	11.243.109
Serviços de terceiros	-	3.577.733	3.713.597
Obrigações sociais e trabalhistas	8	27.276.248	24.510.433
Obrigações fiscais	-	3.645.692	3.145.543
Receitas diferidas	9	4.107.958	890.984
Contas a pagar - FFM	10	32.094.335	26.908.481
Outras obrigações	-	616.687	511.541
Total do passivo circulante		83.089.535	70.923.688
Não circulante			
Receitas diferidas	9	5.456.929	7.553.331
Provisão para riscos trabalhistas	11	789.381	932.108
Total do passivo não circulante		6.246.310	8.485.439
Patrimônio líquido			
Déficit acumulado	-	(32.186.878)	(24.412.533)
Total do patrimônio líquido		(32.186.878)	(24.412.533)
Total do passivo e patrimônio líquido		57.148.967	54.996.594

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Convênio nº 98/2014
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
“Octávio Frias de Oliveira”(ICESP)

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas operacionais			
Convênio n.º 98/2014	12	457.664.828	456.230.210
Realização de subvenções para investimentos	9	1.560.089	55.393.193
Doações e patrocínios	13	4.028.282	4.143.644
Outras receitas	-	262.357	299.617
Total das receitas operacionais		<u>463.515.556</u>	<u>516.066.664</u>
Despesas operacionais			
Pessoal	14	(274.756.182)	(256.389.312)
Materiais para consumo	15	(122.190.788)	(116.337.238)
Serviços profissionais	-	(42.487.674)	(46.627.803)
Depreciações e amortizações	6	(1.502.918)	(13.967.403)
Aluguéis de equipamentos e imóveis	-	(8.700.438)	(9.122.456)
Utilidades e serviços	-	(1.392.433)	(1.070.816)
Repasse ao HCFMUSP	16	(9.826.045)	(13.292.673)
Reembolso de custos de administração – FFM	-	-	(3.078.437)
Provisões para riscos trabalhistas	-	(173.035)	(679.113)
Resultado na baixa de imobilizado	6	(2.326.215)	(53.580.380)
Outras despesas	-	(9.695.519)	(8.061.878)
Total das despesas operacionais		<u>(473.051.247)</u>	<u>(522.207.509)</u>
Déficit operacional antes das receitas e despesas financeiras		<u>(9.535.691)</u>	<u>(6.140.845)</u>
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	-	1.762.798	1.075.095
Despesas financeiras	-	(1.452)	(590)
Resultado financeiro líquido		<u>1.761.346</u>	<u>1.074.505</u>
Déficit do exercício		<u><u>(7.774.345)</u></u>	<u><u>(5.066.340)</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Convênio nº 98/2014
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
“Octávio Frias de Oliveira”(ICESP)

Demonstração das mutações no patrimônio líquido para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>Déficit Acumulado</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	(19.346.193)
Déficit do exercício de 2015	(5.066.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	----- (24.412.533) -----
Déficit do exercício de 2016	(7.774.345)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	----- <u><u>(32.186.878)</u></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fundação Faculdade de Medicina (FFM)
Convênio nº 98/2014
Instituto do Câncer do Estado de São Paulo
“Octávio Frias de Oliveira”(ICESP)

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em
31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Déficit do exercício		(7.774.345)	(5.066.340)
Ajustes para conciliar o déficit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	6	1.502.918	13.967.403
Subvenções para investimentos apropriadas como receitas	9	(1.560.089)	(55.393.193)
Valor residual de baixa de imobilizado e intangível	6	2.326.215	53.580.379
Doações de bens permanentes	-	(147.431)	(590.246)
Provisões (reversões) para riscos trabalhistas líquidas	11	(142.727)	464.940
Resultado ajustado		(5.795.459)	6.962.943
Variações dos ativos			
Contas a receber	5	(597.051)	(40.049.799)
Outros créditos	-	8.619	(18.747)
Estoques	-	(8.488)	6.545
Despesas antecipadas	-	(2.749)	(10.572)
Depósitos recursais trabalhistas	-	(173.488)	(50.274)
		(773.157)	(40.122.847)
Variações dos passivos			
Fornecedores	7	527.773	(842.789)
Serviços de terceiros	-	(135.864)	(48.837)
Obrigações sociais e trabalhistas	8	2.765.815	2.073.030
Obrigações fiscais	-	500.149	367.187
Receitas diferidas	-	2.680.660	-
Contas a pagar - FFM	10	5.185.854	26.778.531
Outras obrigações	-	105.147	(102.724)
		11.629.534	28.224.398
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		5.060.918	(4.935.506)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	6	(1.908.521)	(3.859.953)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(1.908.521)	(3.859.953)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de subvenções para investimentos	9	-	2.400.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		-	2.400.000
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		<u>3.152.397</u>	<u>(6.395.459)</u>
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	4	6.087.189	12.482.648
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	4	9.239.586	6.087.189
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		<u>3.152.397</u>	<u>(6.395.459)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em reais)

1. Contexto operacional

Inaugurado em maio de 2008, o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo “Octávio Frias de Oliveira” (Instituto ou ICESP), situado na Av. Dr. Arnaldo, 251, Jardim América, São Paulo - SP, é uma unidade hospitalar de grande porte especializada em oncologia e dedicada ao atendimento de pacientes da rede pública de saúde (Sistema Único de Saúde - SUS). O instituto é parte integrante do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP).

A Fundação Faculdade de Medicina (Fundação ou FFM), situada na Av. Rebouças, 381, Jardim Paulista, São Paulo - SP, é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, detentora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e qualificada como Organização Social em âmbito Estadual e Municipal em São Paulo.

Nos exercícios de 2015 e 2016, a operacionalização do instituto ocorreu por meio do convênio nº 98/2014 (Processo nº 001/0001/000.521/2014), firmado em 31 de janeiro de 2014 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o HCFMUSP e vigente até 29/01/2017. Em 10/09/2014, foi firmado ainda o convênio nº 1.242/2014, também entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o HCFMUSP, com interveniência da FFM, destinado a subsidiar investimentos no ICESP.

Contrato de Gestão

Com o término do convênio n.º 98/2014, foi celebrado em 30 de janeiro de 2017 o contrato de gestão n.º 01/2017 entre o HCFMUSP e FFM, com vigência de 5 anos, visando a continuidade da operacionalização do ICESP.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

a) **Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A demonstração do resultado abrangente não está sendo apresentada, pois não existem itens que devam ser tratados nesta demonstração.

b) **Uso de estimativas e julgamentos**

Foram utilizadas estimativas para o reconhecimento de certos ativos, passivos e outras transações, incluindo os efeitos de estimativas com relação à recuperação dos ativos e às provisões necessárias para passivos contingentes e similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

c) **Moeda funcional de apresentação**

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) **Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

e) **Escopo das demonstrações contábeis**

Estas demonstrações contábeis referem-se exclusivamente aos convênios nº 98/2014 e nº 1.242/2014, entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o HCFMUSP, com interveniência da FFM, por meios dos quais ocorreu a operacionalização do ICESP nos exercícios de 2015 e 2016.

f) **Demonstrações contábeis da Fundação e do Instituto**

As demonstrações contábeis dos convênios ICESP, além de apresentadas individualmente, são também incorporadas nas demonstrações contábeis da FFM, por ser a entidade jurídica responsável pela operacionalização da gestão e execução das atividades e dos serviços de saúde do Instituto. Para esse efeito, sofrem as adaptações necessárias visando à aderência às práticas contábeis adotadas pela FFM para contratos de gestão, convênios, termos de cooperação e instrumentos similares, a saber:

- Ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados nas suas respectivas rubricas, sendo eliminadas, se houver, transações com partes relacionadas.
- O patrimônio líquido dos convênios ICESP é registrado diretamente no passivo circulante da FFM como saldo de projetos em execução.
- Os bens patrimoniais do ICESP são registrados em contas de compensação e não são demonstrados no ativo da FFM.
- As tabelas abaixo demonstram a conciliação do patrimônio líquido dos convênios do Instituto em 31 de dezembro de 2016 e 2015, com o saldo de passivo contabilizado no balanço patrimonial da FFM e entre os resultados dos convênios ICESP frente a movimentação informada pela FFM:

	2016	2015
Patrimônio líquido conforme demonstrações contábeis individuais dos convênios do Instituto:	(32.186.878)	(24.412.533)
Exclusão de itens contabilizados no balanço patrimonial individual dos convênios do Instituto, mas não apresentados no relatório da FFM:		
(-) Imobilizado	(5.727.548)	(7.313.017)
(-) Intangível	(732.995)	(920.707)
(-) Subvenção de investimento	-	8.444.315
Saldo contabilizado no passivo da FFM na conta "saldo de projetos em execução"	(38.647.421)	(24.201.942)

Conta	Receitas operacionais	Despesas operacionais	Resultado financeiro	Resultado líquido
Relatório individual	516.066.664	(522.207.509)	1.074.505	(5.066.340)
Realização de subvenções para investimentos (Nota 9)	(55.393.193)	-	-	(55.393.193)
Subvenção para investimento recebida no ano (Nota 9)	2.400.000	-	-	2.400.000
Depreciações e amortizações	-	13.967.403	-	13.967.403
Reversão de baixas do imobilizado	-	53.580.380	-	53.580.380
Total conforme relatório da FFM de 2015	463.073.471	(454.659.726)	1.074.505	9.488.250
Relatório individual	463.515.556	(473.051.247)	1.761.346	(7.774.345)
Subvenções para investimentos de exercícios anteriores transferidas para diferido	(8.444.316)	-	-	(8.444.316)
Depreciações e amortizações	-	1.502.918	-	1.502.918
Reversão de baixas do imobilizado	-	2.326.215	-	2.326.215
Total conforme relatório da FFM de 2016	455.071.240	(469.222.114)	1.761.346	(12.389.528)

g) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Fundação em 3 de março de 2017 e serão submetidas à apreciação do Conselho Curador da FFM, em reunião a ser realizada em data posterior.

3. Principais práticas contábeis

a) Ativos circulante e não circulante

Apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, as variações monetárias e os rendimentos auferidos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Representados principalmente por saldos em contas bancárias e aplicações financeiras, constituídos de títulos de alta liquidez, e com riscos insignificantes de mudanças de valor. Os saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

c) Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

d) Ativo imobilizado e intangível

Registrados ao custo de aquisição, deduzido da depreciação e amortização acumuladas. A depreciação e amortização são calculadas pelo método linear, às seguintes taxas anuais:

	Taxas de depreciação e amortização - %	Taxas médias de depreciação e amortização - %
Máquinas e equipamentos	10 a 20	16
Instrumentais clínicos cirúrgicos	33	33
Móveis e utensílios	10 a 20	12
Computadores	15	15
Intangível – softwares	20	20

e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de impairment)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Passivo circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. As férias a pagar foram apuradas levando-se em consideração as férias proporcionais, por funcionário, acrescidas dos respectivos encargos sociais.

g) Provisões para riscos

As provisões para riscos de perda provável em ações judiciais são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e o valor possa ser estimado com segurança, com base nas estimativas efetuadas pela Administração e seus consultores jurídicos.

h) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Fundação são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (3) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

i) Critérios de apuração das receitas e despesas

A contabilização de receitas, custos e despesas é efetuada conforme seu período de competência. As receitas previstas nos convênios, em face da sua característica de subvenção, são registradas em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais.

j) Patrimônio líquido

Corresponde ao acervo líquido pertencente à SES em decorrência dos convênios nº 98/2014 e nº 1.242/2014, nos quais a FFM é interveniente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Tipo	Categoria	Referência	2016	2015
Caixa e depósitos bancários			4.492	3.493
Aplicações financeiras de liquidez imediata - Banco do Brasil (*)	FIF	CDI	9.235.094	6.083.696
Total			9.239.586	6.087.189

(*) Referem-se a aplicações em fundos abertos de investimentos de renda fixa, lastreados principalmente em Certificados de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração pós-fixadas em 2016 entre 95,72% e 96,02% da taxa CDI. Essas aplicações são de liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

Corresponde fundamentalmente a saldos a receber devidos pela Secretaria de Estado da Saúde em função dos valores pactuados no convênio nº 98/2014, conforme segue:

Termo aditivo	Referência	2016	2015
01/2015	ICESP – Parcela dezembro/2015	-	37.000.000
02/2015	ICESP Osasco – Saldos relativos a 2015	-	3.325.866
01/2016	ICESP – Parcela dezembro/2016	37.000.000	-
02/2016	ICESP Osasco – Saldos relativos a 2016	3.922.917	-
Total		40.922.917	40.325.866

6. Imobilizado e Intangível

Correspondem ao ativo imobilizado e intangível adquiridos pela FFM por força dos convênios nº 98/2014 e 1.242/2014.

Composição:

Imobilizado	2016			2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor Residual
Instalações, máquinas e equipamentos	4.870.312	(1.513.284)	3.357.028	4.020.432	(717.417)	3.303.015
Instrumentais clínico-cirúrgicos	623.516	(311.559)	311.957	413.375	(134.532)	278.843
Móveis e utensílios	940.586	(266.796)	673.790	838.723	(138.544)	700.179
Computadores e correlatos	1.417.416	(350.173)	1.067.243	1.223.237	(168.373)	1.054.864
Imobilizações em andamento	317.530	-	317.530	1.976.116	-	1.976.116
Total	8.169.360	(2.441.812)	5.727.548	8.471.883	(1.158.866)	7.313.017

Intangível	2016			2015		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor residual	Custo	Amortização acumulada	Valor residual
Softwares	938.559	(205.564)	732.995	169.670	(17.852)	151.818
Intangível em andamento	-	-	-	768.889	-	768.889
Total	938.559	(205.564)	732.995	938.559	(17.852)	920.707

Movimentação do imobilizado

	Instalações, máquinas e equipamentos	Edificações, obras complementares	Instrumentais clínicos cirúrgicos	Móveis e utensílios	Computadores e correlatos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	31.184.519	27.758.538	748.349	6.013.935	2.625.412	12.642	2.171.180	70.514.575
Adições	1.165.197	-	176.644	245.258	384.283	-	1.540.258	3.511.640
Baixas	(20.073.044)	(26.757.111)	(283.605)	(4.288.217)	(1.581.093)	(12.642)	-	(52.995.712)
Depreciações	(9.953.540)	(1.233.281)	(395.169)	(1.315.247)	(820.249)	-	-	(13.717.486)
Transferências	979.883	231.854	32.624	44.450	446.511	-	(1.735.322)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.303.015	-	278.843	700.179	1.054.864	-	1.976.116	7.313.017
Adições	194.567	-	194.285	90.237	163.699	-	1.413.164	2.055.952
Baixas	(608.374)	(231.698)	-	(922)	(46.533)	-	(1.438.688)	(2.326.215)
Depreciações	(826.290)	-	(177.027)	(128.268)	(183.621)	-	-	(1.315.206)
Transferências	1.294.110	231.698	15.856	12.564	78.834	-	(1.633.062)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3.357.028	-	311.957	673.790	1.067.243	-	317.530	5.727.548

Movimentação do intangível (softwares)

	2016	2015
Saldo inicial	920.707	816.732
Adições	-	938.559
Baixas	-	(584.667)
Amortizações	(187.712)	(249.917)
Saldo final	732.995	920.707

7. Fornecedores

	2016	2015
Produtos Roche Químicos e Farmacêuticos S/A	636.445	789.938
GR Serviços e Alimentação Ltda.	620.292	673.890
Domicili Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	497.705	452.098
Crismed Comercial Hospitalar Ltda.	457.636	225.585
Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos	351.672	133.844
Bracco Imaging Brasil Ltda.	312.682	40.000
Bayer S/A.	311.630	311.375
Sanofi-Aventis Farmacêutica Ltda.	308.266	-
Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda.	305.460	345.699
Baxter Hospitalar Ltda.	303.093	218.883
Outros	7.666.001	8.051.797
Total	11.770.882	11.243.109

8. Obrigações sociais e trabalhistas

	2016	2015
Férias e encargos sociais a pagar	23.785.150	21.368.072
FGTS a pagar	2.127.642	1.966.093
INSS a recolher	1.271.747	1.023.225
Salários a pagar	88.369	121.822
Contribuições sindicais a recolher	3.340	31.221
Total	27.276.248	24.510.433

9. Receitas diferidas

Correspondem aos valores reconhecidos de subvenções pactuadas com a SES para custeio e investimentos por meio dos convênios e termos aditivos para operacionalização do ICESP, líquidos dos valores apropriados como receita.

A apropriação como receita ocorre em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), que estabelece os critérios para contabilização e divulgação de subvenções e assistências governamentais. Nas subvenções para custeio, a apropriação ocorre conforme a efetivação das despesas que as subvenções têm por objeto compensar e, no caso de subvenções para investimentos, mediante o tempo de vida útil dos bens adquiridos (apurados por meio da depreciação ou amortização), ou diretamente, quando os recursos são empregados em gastos cuja natureza enseje a alocação direta no resultado.

A movimentação nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser assim demonstrada:

	Custeio	Passivo Circulante		Custeio	Passivo Não Circulante	
		Invest.	Total		Invest.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	11.539.231	11.539.231	-	49.898.277	49.898.277
Transferências circulante/não circulante	-	44.744.946	44.744.946	-	(44.744.946)	(44.744.946)
Subvenções reconhecidas em 2015	456.230.210	-	456.230.210	-	2.400.000	2.400.000
Apropriações como receitas	(456.230.210)	(55.393.193)	(511.623.403)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	890.984	890.984	-	7.553.331	7.553.331
Transferências circulante/não circulante	-	2.096.402	2.096.402	-	(2.096.402)	(2.096.402)
Subvenções reconhecidas em 2016	460.345.488	-	460.345.488	-	-	-
Apropriações como receitas	(457.664.828)	(1.560.089)	(459.224.917)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.680.660	1.427.297	4.107.958	-	5.456.929	5.456.929

10. Contas a pagar – Fundação Faculdade de Medicina

Referem-se fundamentalmente a saldos de empréstimos de capital de giro efetuados pela FFM face à insuficiência de caixa do convênio (restituídos na medida em que há disponibilidade financeira), além de operações efetuadas através do caixa central da FFM cuja compensação/alocação bancária ocorre no exercício seguinte.

11. Provisões para riscos trabalhistas

Corresponde ao montante provisionado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 para eventuais perdas em processos trabalhistas envolvendo o ICESP, compreendendo as ações cuja possibilidade de perda foi considerada provável pelos assessores jurídicos e pela Administração da FFM.

As ações cuja probabilidade de perda foi considerada como possível em 31 de dezembro de 2016, que totalizam R\$ 8.636.896 (R\$ 6.787.678 em 31 de dezembro de 2015).

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas e depósitos judiciais:

	31/12/2015	Adições	Utilização	31/12/2016
Provisões para ações trabalhistas	1.008.251	174.462	(180.463)	1.002.250
Depósitos para garantia de juízo	(76.143)	(310.596)	173.870	(212.869)
Provisão líquida	932.108	(136.134)	(6.593)	789.381

12. Receitas operacionais – Convênio nº 98/2014

Refere-se ao montante pactuado em 2016 e 2015 para custeio pela Secretaria de Estado da Saúde, cujos valores e demais condições são estabelecidos no convênio nº 98/2014 e aditivos, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento	Unidade	Período de referência	Valor pactuado
Convênio nº 98/2014	ICESP	Janeiro de 2015	35.500.000
Termo aditivo nº 01/2015	ICESP	Fevereiro a Dezembro de 2015	407.000.000
Termo aditivo nº 02/2015	ICESP Osasco	Fevereiro a Dezembro de 2015	13.730.210
Total – Exercício de 2015			456.230.210
Termo aditivo nº 01/2015	ICESP	Janeiro de 2016	37.000.000
Termo aditivo nº 02/2015	ICESP Osasco	Janeiro de 2016	1.961.459
Termo aditivo nº 01/2016	ICESP	Fevereiro a Dezembro 2016	407.000.000
Termo aditivo nº 02/2016	ICESP Osasco	Fevereiro a Dezembro 2016	14.384.029
Total – Exercício de 2016			460.345.488

A apropriação das receitas ocorre em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), conforme assinalado na nota explicativa n.º 9.

	2016	2015
Receita apropriada no exercício	457.664.828	456.230.210
Receita diferida	2.680.660	-
Total	460.345.488	456.230.210

13. Doações e patrocínios

São doações em numerário e mercadorias (medicamentos, reagentes, órteses e próteses, equipamentos etc.) recebidas pelo ICESP em 2016 e 2015 através da FFM, sendo as principais demonstradas a seguir:

	2016	2015
Intuitive Surgical Inc.	1.410.265	-
Astrazeneca do Brasil Ltda.	1.392.658	448.274
Glaxosmithkline do Brasil Ltda.	431.891	536.941
Bayer S/A	419.866	468.250
Maria Aparecida Azevedo Koike Fogueira	100.684	-
Outras	272.918	2.690.179
Total	4.028.282	4.143.644

14. Pessoal

	2016	2015
Salários e Ordenados	(227.386.264)	(211.824.528)
FGTS	(17.968.681)	(16.675.978)
Benefícios	(29.401.237)	(27.888.806)
Total	(274.756.182)	(256.389.312)

15. Materiais para consumo

	2016	2015
Medicamentos e reagentes	(72.751.958)	(71.251.754)
Materiais hospitalares em geral	(38.923.135)	(35.170.627)
Órteses, próteses e materiais especiais	(3.795.281)	(3.441.539)
Outros	(6.720.414)	(6.473.318)
Total	(122.190.788)	(116.337.238)

16. Repasses ao HCFMUSP

Referem-se a reembolsos de custos e outras operações realizadas entre o ICESP e o HCFMUSP envolvendo o atendimento médico-hospitalar de pacientes do Instituto, no valor total de R\$ 9.826.045 em 2016 (R\$ 13.292.673 em 2015).

17. Imunidades e isenções previdenciárias e fiscais

A FFM é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área da saúde, com validade até 11 de junho de 2015, deferido pelo Ministério da Saúde em 25 de setembro de 2014 (Processo 25000.100838/2011-94-MS), através da Portaria nº 946. O pedido para renovação foi tempestivamente apresentado ao Ministério da Saúde (processo nº 25000.064173/2015-71) e encontra-se sob análise técnica, sendo o certificado atual válido até que haja decisão sobre esse requerimento (Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, artigo 24).

Esta condição, em conjunto com sua natureza jurídica e a observação dos requisitos legais pertinentes, assegura à FFM a isenção das contribuições - cotas patronais - devidas ao Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) sobre folha de pagamento e serviços de terceiros, bem como imunidade ou isenção de diversos outros impostos e contribuições.

Os valores aproximados das principais imunidades e isenções previdenciárias e fiscais usufruídas no convênio nº 98/2014 em 2016 e 2015, caso devidos fossem, podem ser assim estimados:

	2016	2015
Cota Patronal INSS - Folha de Pagamento (a)	62.686.095	58.264.259
Cota Patronal INSS – Prestadores Serviço Pessoas Físicas (a)	321.919	316.601
	63.008.014	58.580.860
Contribuição Financ. Seguridade Social -COFINS (b)	458.647	419.395
Programa de Integração Social – PIS (c)	99.575	91.053
Imposto Serviço Qualquer Natureza – ISSQN (d)	117.291	88.393
	63.683.527	59.179.701

- a) Alíquotas de 27,8% sobre a folha de pagamento a funcionários e de 20% sobre pagamentos a prestadores de serviços pessoas físicas;
- b) Considerando que a simulação da apuração do IRPJ ocorreu pelo regime de “Lucro Real”, foi empregado regime de incidência “não cumulativo”, com alíquota de 7,6% sobre o faturamento;
- c) Idem, com alíquota de 1,65% sobre o faturamento;
- d) Alíquota de 2% sobre os serviços prestados.

18. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o ICESP não possuía instrumentos derivativos.

O ICESP está exposto a riscos normais de mercado, relacionados principalmente às variações do CDI relativo às aplicações financeiras. O valor classificado como aplicações financeiras encontra-se atualizado pelo método do custo amortizado até 31 de dezembro de 2016 e 2015 e corresponde, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

O ICESP está exposto, ainda, ao risco de crédito das instituições financeiras. O ICESP adota a política de efetuar suas aplicações financeiras em bancos de primeira linha, como meio de mitigar o risco de perda financeira.

	Valor contábil	
	2016	2015
Ativos financeiros-		
Empréstimos e recebíveis:		
Caixa e equivalentes de caixa	9.239.586	6.087.189
Contas a receber	40.922.917	40.325.866
Passivos financeiros		
Outros passivos:		
Fornecedores	11.770.882	11.243.109
Serviços de terceiros	3.577.733	3.713.597

Existe o risco de liquidez, pois em 31 de dezembro de 2016 o convênio possui insuficiência de capital de giro de R\$ 32.832.545 (R\$ 24.418.764 em 31 de dezembro de 2015).

19. Seguros

As principais coberturas em 31 de dezembro são apresentadas a seguir:

	2016	2015
Incêndio, raio, explosão e riscos diversos	631.525.872	631.525.872
Responsabilidade Civil e Profissional	-	1.000.000
Total	631.525.872	632.525.872

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores emitirem opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual é determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração.

20. Outras informações

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais o Instituto (através da FFM) está obrigado a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, bem como a prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais, normativas ou órgãos fiscalizadores.

* * *